



**EDITAL**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**001/2023**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/10/23**

**HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília)**

**LOCAL: Plenário Maria Helena da Silveira Brito - Sede Administrativa e Legislativa da Câmara Municipal de Carapebus, localizada na Praça Matriz nº 19, 1º andar, Centro, Carapebus, RJ.**



## ÍNDICE

1. DO PREÂMBULO
2. DO OBJETO DO PREGÃO
3. DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4. DO PREÇO ESTIMADO
5. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO
6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO
7. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME
8. DA REVISÃO / DO REAJUSTE DE PREÇOS / DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO
9. DO CREDENCIAMENTO
10. DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS/PROPOSTAS
11. DA PROPOSTA COMERCIAL
12. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
13. DA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO
14. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA
15. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art 29 - Lei 8666/93)
16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art 30 - Lei 8666/93)
17. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art 31 - Lei 8666/93)
18. DAS DECLARAÇÕES RELATIVA A TRABALHO DE MENORES / DA SÚMULA VINCULANTE
19. DO RECURSO
20. DA ADJUDICAÇÃO
21. DA HOMOLOGAÇÃO
22. DO CONTRATO
23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
25. DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO
26. DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
27. DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL



## 1. DO PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS** - doravante denominada **CÂMARA MUNICIPAL**, sediada na Praça da Matriz, nº 19, Centro, Carapebus, RJ, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, por **EXECUÇÃO INDIRETA**, critério de julgamento em **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e a Resolução nº 001 de 02/03/16 da Câmara Municipal.

1.1 - **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11/10/2023

1.2 - **HORÁRIO DE INÍCIO:** 09:00 horas (Horário de Brasília)

1.3 - **LOCAL:** Plenário Maria Helena da Silveira Brito - Sede Administrativa e Legislativa da Câmara Municipal de Carapebus, localizada na Praça Matriz nº 19, Centro, Carapebus, RJ.

1.4 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO CMC Nº:** 499 de 17 de julho de 2023

1.5 - **INTERESSADO:** Gabinete da Presidência - GABPRES

1.6 - **ATOS DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO:** Portaria nº 029 de 28/09/23 - Publicada no Jornal Diário Oficial do Município de Carapebus, Ano: 2, Edição nº: 182, página: 01.

1.7 - Este Edital está a disposição dos interessados para consulta e retirada no endereço acima e disponível no Portal da Oficial do Poder Legislativo Municipal no endereço [www.carapebus.rj.leg.br](http://www.carapebus.rj.leg.br).

## 1.8 - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes **Anexos**:

- Anexo I** - Termo de Referência e seus Anexos (I, II, III e IV)
- Anexo II** - Cronograma Físico-Financeiro.
- Anexo III** - Modelo de Credenciamento.
- Anexo IV** - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.
- Anexo V** - Declaração de ME, EPP ou MEI.
- Anexo VI** - Proposta Comercial.
- Anexo VII** - Declaração Relativa a Trabalho de Menores.
- Anexo VIII** - Declaração de Súmula Vinculante nº 13 – STF.
- Anexo IX** - Formulário Informativo.
- Anexo X** - Minuta do Contrato.
- Anexo XI** - Modelo de Declaração de Possuir e Disponibilizar Estrutura.

1.9 - **TIPO DE PREGÃO:** Este PREGÃO é do **TIPO MENOR PREÇO** e será vencedor o proponente que apresentar proposta em conformidade com este Edital e seus anexos e com o **MENOR PREÇO ou PRATICADO A MENOR OFERTA (LANÇE)** com o proponente para obter o melhor preço.

1.10 - O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências



de habilitação previstas no Edital.

1.11 - A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 2. DO OBJETO DO PREGÃO

2.1 - O objeto da presente licitação é a empresa especializada em serviço de **CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES EM GESTÃO PÚBLICA**, com atendimento nas áreas: Planejamento Orçamentário; Contabilidade Pública; Finanças Públicas e Tesouraria; Controle Interno; Diária de Viagens; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Patrimônio; Almoxarifado; Frotas; Compras e Licitações (Pregão-Dispensa- Concorrência Pública) Plataforma Eletrônica; Portal da Transparência em atendimento a Lei de acesso a Informação, Protocolo (web), bem como Migração e Conversão de Dados em cem por cento, treinamento e suporte (online, in loco, e-mail, telefone e acesso remoto) para atender a Câmara Municipal de Carapebus. Na contratação acima obedecerá às especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus Anexos (**Anexo I** deste Edital), bem como a íntegra do presente edital e seus anexos.

## 3. DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A contratação dar-se-á para um período de **12 (doze)** meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro - **Anexo II** deste Edital, iniciando-se a contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da ordem de compra/serviço para o início da execução contratual, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 4. DO PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço estimado máximo a ser pago na presente licitação é de **R\$ 94.440 (noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais)**, conforme Cronograma Físico-Financeiro - **Anexo II** deste Edital.

4.2 - A licitante deverá apresentar a sua proposta, conforme modelo de Proposta - **Anexo VI**.

4.3 - Será desclassificada a proposta que apresentar o VALOR superior ao estimado no item 4.1 deste Edital, considerado como CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE, nos termos do art. 40, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, esgotada a fase de negociação.

4.4 - Será declarada vencedora dentre as propostas classificadas aquela que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerado como CRITÉRIO DE JULGAMENTO, nos termos do art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital.

## 5. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações a serem assumidas são de fontes próprias e correrão a conta da seguinte Fonte e Dotação Orçamentária:

- FICHA ORÇAMENTÁRIA Nº: 13

. PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 01.001.000.122.0101.2.804.

. NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

. FONTE: 1500



## 6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Somente poderão participar deste pregão as empresas que:

6.1.1 - comprovem possuir os documentos necessários de **HABILITAÇÃO** previstos neste edital.

6.1.2 - cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame.

6.1.3 - estejam legalmente estabelecidas e especializadas nas atividades pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social.

6.1.4 - a comprovação de regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que apresente alguma restrição.

6.1.5 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.1.6 - a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

## 7. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

7.1 - NÃO PODERÃO CONCORRER NESTE PREGÃO AS EMPRESAS:

7.1.1 - suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Direta e Indireta, nos termos do inciso III e IV, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

7.1.2 - estrangeiras que não funcionem no País, de interessados sob falência, solvência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação.

7.1.3 - em consórcio ou grupo de empresas.

7.1.4 - que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

## 8. DA REVISÃO / DO REAJUSTE DE PREÇOS / DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

8.1 - O prazo contratual poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

8.2 - No que tange o Inciso II do art. 57 da Lei de Licitações e Contratos caberá a CONTRATANTE a



inicial do procedimento da prorrogação da prestação de serviços, devendo comunicar oficialmente a CONTRATADA.

8.3 - No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a devida demonstração.

8.4 - A empresa vencedora ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem no decorrer da execução contratual nos limites estabelecidos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 - Licitações e Contratos.

8.5 - Os preços poderão ser revisados nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

## 9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 - Aberta a fase de CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, o representante da proponente, se houver, entregará ao PREGOEIRO documentos que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

9.2 - No momento do credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro, em 02 envelopes distintos, sendo a **“PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope 1)”** e **“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope 2)”** devidamente lacrados.

9.3 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.4 - A documentação referente a representação/credenciamento, na forma definida no item 9.5 deste Edital, deverá ser entregue ao Pregoeiro **em separado fora dos Envelopes 1 e 2** de Proposta e Habilitação.

9.5 - O CREDENCIAMENTO FAR-SE-Á POR MEIO DE:

- a) Identificação da licitante.
- b) Identificação do representante.
- c) Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação, exigida pelo Art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, conforme Anexo IV.
- d) Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, prevista do 6.1.2, se for o caso.

#### 9.5.1 - DA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

- a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.
- b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente.
- d) Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas.
- e) Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades.
- f) Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

#### 9.5.2 - DA IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

- a) Tratando-se de **representante legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado) legalmente habilitado, com poderes previstos no respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor.
  - I. Documento oficial de identificação do representante que estará representando a empresa na sessão.
- b) Tratando-se de **credenciado ou procurador**, deverá apresentar:
  - I. Documento oficial de identificação do credenciado ou procurador que estará representando a empresa na sessão.
  - II. Documento oficial de identificação do sócio que designou o credenciado ou procurador.
  - III. Termo de **Credenciamento**, conforme **Anexo III**, outorgados pelos representantes legais do licitante, este com a **firma reconhecida** do outorgante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. **Ou**
  - IV. Instrumento público ou particular de **Procuração**, este com a **firma reconhecida** do outorgante, em que conste o nome da empresa outorgante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**9.5.2.1-** O instrumento de procuração público ou particular terão validade de 1 (um) ano contados da sua emissão.

#### 9.5.3 - DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- a) Deverá ser apresentada pelo licitante **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**, conforme modelo estabelecido no **Anexo IV**, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa.





#### 9.5.4 - DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- a) As licitantes, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no §4º do art. 3º da referida Lei - **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI** – conforme modelo estabelecido no **Anexo V**, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa.

9.6 - O Microempreendedor Individual apresentará o documento de identidade com foto e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com.br>.

9.7 - É admitido somente um representante por proponente, cuja ausência da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do PREGOEIRO.

9.8 - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

9.9 - Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos de credenciamento ou via Correios.

9.10 - A ausência dos documentos de credenciamento implicará na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

9.11 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as fases da licitação.

9.12 - Ficará impedida de participar do certame as empresas que não comprovarem, através dos documentos, que atendem o objeto da licitação. Em caso de não cumprimento, sua proposta não será considerada e os envelopes serão devolvidos devidamente lacrados ao representante.

9.13 - Não será admitido credenciamento de licitantes após as **09:15 hs.**

#### 10. DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS/PROPOSTAS

10.1 - No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, o Pregoeiro prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representantes que:

10.1.2 - entregarão, em envelopes opacos e distintos, “1” e “2” devidamente lacrados, de modo inviolável, nos termos abaixo, a **proposta** e os documentos exigidos para a **habilitação**, respectivamente, identificados a seguir:

A Câmara Municipal de Carapebus Pregão Presencial nº. 001/2023 ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA COMERCIAL Nome completo e endereço do licitante CNPJ XXXXXX	A Câmara Municipal de Carapebus Pregão Presencial nº. 001/2023 ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nome completo e endereço do licitante CNPJ XXXXXX
--	---





10.2 - Todos os documentos apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados pelos representantes legais ou prepostos presentes e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

10.3 - Após a fase de credenciamento das licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

10.4 - No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

## 11. DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1 - O envelope “I”, com o título “**PROPOSTA COMERCIAL**”, deverá conter:

11.1.1 - a proposta comercial da licitante, modelo - **PROPOSTA COMERCIAL - Anexo VI** ou documento elaborado pela licitante que contenha as informações pertinentes para a correta identificação do objeto, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

I - a devida identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax entre outros dados.

II - descrição clara e detalhada dos serviços cotados, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA e Anexos (Anexo I deste Edital)** e o modelo - **PROPOSTA COMERCIAL - Anexo VI**.

II - indicação dos preços unitários e total, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso.

IV - indicação do prazo de validade da proposta comercial, que será de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua entrega ao Pregoeiro.

11.2 - As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

11.2.1 - se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

11.2.2 - se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário.

11.2.3 - se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido.

11.2.4 - caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

## 12. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados o prazo máximo de execução dos serviços, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital e seus anexos.

12.2 - Serão qualificados pelo Pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.

12.3 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará para participar da fase de lances as licitantes que ofertaram os três menores preços, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.

12.4 - Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Pregoeiro, sujeitando o licitante às sanções administrativas previstas neste edital, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

12.5 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.7 - O Pregoeiro poderá **negociar** diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

12.8 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas, cujos preços unitários sejam superiores aos estimados neste edital.

12.9 - Caso a licitante classificada em primeiro lugar desatenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

12.10 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a ausência de licitante naquele momento, será circunstanciada em ata.

12.11 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a assinatura do contrato e a retirada da nota de empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos. Poderá o Pregoeiro antecipar a devolução dos envelopes a seu critério.

12.12 - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, na abertura da fase de propostas comerciais, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

12.13 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

12.14 - Serão **desclassificadas** as propostas que:

- a) Estiver em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital e seus Anexos,
- b) Contiver vícios, quer por omissão e/ou irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.
- c) Apresentar preço excessivo em relação ao estabelecido pelo Município, esgotada a fase de negociação.
- d) Seja manifestamente inexecutável, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentos do licitante, que comprovem que os custos de insumos são coerentes com os do mercado.

### 12.5. - CLASSIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.5.1. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

12.5.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.
- b) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada e tiver sua amostra aceita, se for o caso.
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

## 13. DA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 - Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no **ENVELOPE “2”**, com o título **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.

13.2 - A habilitação das licitantes será verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, quando solicitado, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

13.3 - As certidões serão verificadas de acordos com os respectivos sítios para confirmação de validade e autenticidade. Caso conste certidões vencidas e que não haja disponibilidade de consulta nos sítios emitentes, será exigida a entrega da documentação em original ou em cópia autenticada.

13.4 - A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão.

13.5 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13.6 - As declarações emitidas pela licitante deverão ser assinadas pelo Representante Legal.

#### **14. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

14.1 - Compõe na fase de **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** os seguintes documentos obrigatórios de acordo com o tipo de empresa:

- a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.
- b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente.
- d) Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas.
- e) Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades.
- f) Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

14.2 - Os documentos relacionados acima não precisarão constar do “envelope documentos de habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### **15. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art 29 - Lei 8666/93)**

15.1 - Compõe na fase de **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”** os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), emitido no sítio oficial da Secretaria da Receita Federal. (art 29, I)
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (art 29, II)

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. ( art 29, III)
- I. A prova de regularidade com a **Fazenda Federal** extensiva a contribuições sociais através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.
- II. A prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** será efetuada através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda Estadual, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
- III. A prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será efetuada através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- d) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitido no sítio oficial da Caixa Econômica Federal - CEF. (art 29, IV)
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, emitida no sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho. (art 29, V)

15.2 - As Certidões que exigirem expressamente a necessidade de documento complementar, deverão estar acompanhadas do respectivo documento.

15.3 - No caso de Licitantes não sujeitos à inscrição junto às Fazendas Estadual e Municipal, estes deverão comprovar tal situação através de Certidão de Não-Contribuinte, emitida pelo órgão competente.

## 16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art 30 - Lei 8666/93)

16.1. Compõe na fase de “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Administração (CRA), conforme inciso I do artigo 30 da lei 8.666/93.
- b) Comprovação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto desta Licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado, conforme inciso II do artigo 30 da lei 8.666/93.



- c) Declaração de disponibilidade, propriedade e posse do sistema ou que reúne condições apresentar estrutura para a realização do objeto da presente licitação, não sendo admitida a subcontratação parcial ou total do objeto, assim como não será permitido nenhum tipo de terceirização dos sistemas, estando vedada as exigências de propriedade e de localização prévia, na forma do § 6º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, conforme **Anexo XI**.

## 17. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art 31 - Lei 8666/93)

17.1. Compõe na fase de “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação. (art 31, I)
- I. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômica financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.
  - II. A boa situação financeira da licitante será feita de forma objetiva, mediante cálculo de índices contábeis resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo Prazo}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

**ONDE:**

**LG = liquidez Geral**

**SG = Solvência Geral**

**LC = Liquidez Corrente**

- III. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
  1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):
    - a. Publicados em Diário Oficial. ou
    - b. Publicados em jornal de grande circulação. ou
    - c. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
  2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
    - a. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente. ou
    - b. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis





devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

3. Sociedade criada no exercício em curso:

- a. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

IV. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e Contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

V. O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.666/93.

- b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (art 31, II)

## 18. DAS DECLARAÇÕES RELATIVA A TRABALHO DE MENORES / DA SÚMULA VINCULANTE

18.1 - Compõe na fase de “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Declaração expressando não **empregar menor** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, conforme modelo estabelecido no **Anexo VII**, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa.
- b) Declaração de Súmula Vinculante nº 13 - STF, conforme modelo estabelecido no **Anexo VIII**, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa.

## 19. DO RECURSO

19.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal.

19.2 - Será concedido o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

19.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4 - Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser protocolados na **Câmara Municipal**, situado na Praça Matriz nº 19, Centro, Rio de Janeiro, RJ, das 08h às 12h e 13:00hs a 16:00h, de segunda-feira a quinta-feira e sexta-feira das 08h às 12h, exceto aos sábados, domingos e feriados.

19.5 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo,





devidamente informados, à autoridade competente para decisão, no caso a Vereadora Presidenta - Ordenadora de Despesa.

19.6 - O Vereador Presidente - Ordenador de Despesa poderá encaminhar o recurso para o jurídico para sustentação jurídica e verificação de legalidade.

## 20. DA ADJUDICAÇÃO

20.1 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, pelo Pregoeiro.

20.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da **Câmara Municipal**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

20.3 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, Ordenador de Despesa adjudicará o objeto da licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

## 21. DA HOMOLOGAÇÃO

21.1 - Compete ao Ordenadora de Despesa a homologação do PREGÃO.

21.2 - A partir do ato homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s)

## 22. DO CONTRATO

22.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Ordenador de Despesa, a **Câmara Municipal**, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias da apresentação da proposta, convocará a licitante vencedora para a assinatura do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo X** deste edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração

22.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

22.3 - Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

22.4 - Caso a licitante vencedora descumpra o estabelecido no item anterior, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

22.5 - No caso do subitem anterior, serão convocadas por ordem de classificação as demais licitantes, para, após ser feita a nova negociação, comprovar os requisitos de habilitação, assinar o contrato.

22.6 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

## 23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 - O recebimento provisório do objeto será efetuado pelo fiscal no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos e nos termos do art. 73, seus incisos, §§ e alíneas da Lei Federal nº 8.666/93 e nos termos do Termo de Referência e Anexo (**Anexo I** deste Edital)

23.2 - Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

23.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

23.4 - Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado do valor mensal devido à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

23.5 - O recebimento definitivo do objeto será efetuado pelo fiscal no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento provisório, depois de verificada a conclusão das correções necessárias, podendo empregar o Termo de Recebimento Definitivo, de cada parcela, quando alcançado pelo Inciso II do art. 74 da Lei federal nº 8.666/93.

23.6 - O aceite/aprovação de cada parcela do objeto pela **Câmara Municipal** não exclui a responsabilidade civil da empresa contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

#### 24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a **Câmara Municipal**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes sanções:

I - Advertência.

II - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil sobre o valor total do contrato, que exceder o prazo das execuções prevista no Termo de Referência e Anexo (**Anexo I** deste Edital).

III - multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas:

III.1 - poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

III.2 - não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

III.3 - deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

III.4 - nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

24.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a **Câmara Municipal** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

24.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

24.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da **Câmara Municipal** de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



24.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, o contrato ou não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

## 25. DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO

25.1 - A gestão do contrato decorrente deste termo cabe ao servidor que foi designado formalmente pelo Vereador Presidente - Ordenadora de Despesa, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, consignado no termo de Autorização do procedimento licitatório.

25.3 - O Ordenador de Despesa poderá substituir, em caso de ausência ou impedimento, servidores designados.

## 26. DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

26.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação, conforme Cronograma Físico/Financeiro (**Anexo II** deste Edital) e o Termo de Referência e Anexo (**Anexo I** deste Edital)

26.2 - O adimplemento de cada parcela, será comprovado através da apresentação das Notas/Documentos fiscais, isenta de erros, e devidamente atestada por servidor público responsável pela fiscalização da execução do objeto.

26.3 - Os documentos fiscais de cobrança, respectivamente de cada parcela, deverão ser emitidos contra a **Câmara Municipal de Carapebus** com os seguintes dados:

**“Câmara Municipal de Carapebus  
Praça da Matriz, nº 19 - Centro - Carapebus - RJ  
CEP.: 27.998-000  
Inscrição Estadual: Isenta  
CNPJ: 01.635.780/0001-09”**

26.4 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, até 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, conforme previsto no artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

26.5 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Câmara Municipal**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

26.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Ordenador de Despesa da **Câmara Municipal**, em processo próprio.

26.7 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.



26.8 - As Certidões do INSS e FGTS deverão estar em vigência na fase de liquidação e do pagamento.

26.9 - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, com suas alterações e regulamentações posteriores.

## 27. DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

27.1 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

27.2 - Os documentos que forem de emissão da própria proponente deverão ser preenchidos de forma legível ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.

27.3 - A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

27.4 - Poderá ser dispensado o **reconhecimento de firma** nos documentos previstos neste Edital, quando a interessada se fizer representar na sessão por seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado legalmente habilitado, com poderes previstos no respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor.

27.5 - Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

27.5.1 - Eletrônico, no endereço: [secop@carapebus.rj.leg.br](mailto:secop@carapebus.rj.leg.br), até às 16h de dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

27.5.2 - Escrito, entregues no Setor de Protocolo e Recepção, destinado ao Setor de Compras da **Câmara Municipal**, situada na Praça Matriz, nº 19, Riode Janeiro, RJ - CEP.: 27.998-000, das 08:00 às 12:00 e 13:00 a 16:00, de segunda-feira a quinta-feira e sexta-feira das 08:00 às 12:00, exceto aos sábados, domingos e feriados, no prazo de até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital.

27.6 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação, bem como dos pedidos de esclarecimentos e impugnações, poderá ser feito através do **site do Câmara Municipal** no endereço **[www.carapebus.rj.leg.br](http://www.carapebus.rj.leg.br)**.

27.7 - Caberá ao Pregoeiro responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

27.8 - É facultada ao Pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

27.9 - Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.10 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento, com o devido fundamento.



27.11 - Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

27.12 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

27.13 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.14 - A **Câmara Municipal** e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Carapebus/Quissamã para dirimir quaisquer questões oriundas deste Edital, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro, por privilegiado que seja.

Carapebus, em 28 de setembro de 2023.

**Theuder Valentim Cordeiro**

Assessor de Compras

Mat.: 738